

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Rubén Miranda Gonçalves (Universidade de Santiago de Compostela – Espanha)

O ESTADO DO ACRE E A INTERVENÇÃO PÚBLICA NO DOMÍNIO ECONÔMICO

PEDRO AUGUSTO FRANÇA DE MACEDO

Procurador do Estado do Acre. Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Mestre em Direito pela Universidade de Marília - UNIMAR. Especialista em Direito Público, Direito Constitucional e Direito Processual Civil. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (2011). Professor de Direito Constitucional do Centro Universitário Uninorte (2015/2019) e da Universidade Federal do Acre (2018/2019). Atualmente é procurador chefe da Procuradoria de Meio Ambiente do Estado do Acre.

RESUMO

O presente estudo propõe-se refletir sobre as políticas públicas desenvolvidas no Estado do Acre para obtenção de desenvolvimento, amenizando a acentuada desigualdade regional vivenciada no Estado. A metodologia utilizada na pesquisa considera revisão bibliográfica acerca do tema, bem como fonte primária de pesquisa, tomando por base dados estatísticos oficiais acerca do desenvolvimento social no Estado que buscam dar embasamento à conclusão.

Sobre a desigualdade referida no parágrafo anterior, destaca-se que o Acre apresenta-se como um Estado com acentuada dependência financeira dos repasses financeiros do Governo Federal. Segundo dados do Tesouro Nacional, divulgados a partir do balanço do setor público nacional, o Acre está incluso no grupo dos seis estados onde a dependência das receitas orçamentárias de transferências varia de 50% e 75%. Além do Acre, Maranhão, Amapá, Sergipe, Paraíba e Piauí

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Rubén Miranda Gonçalves (Universidade de Santiago de Compostela – Espanha)

também estão entre os Estados cuja dependência das transferências da União está na faixa entre 50% e 75% das receitas locais¹.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB (produto interno bruto – índice que corresponde à soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos) do Estado do Acre em 2017 foi de 14.271 (1.000.000,00 R\$), o que fica à frente tão somente do Estado de Roraima (12.103 – 1.000.000,00 R\$) quando comparado a outras unidades da federação brasileira. Para se ter ideia do tamanho da discrepância, os estados mais bem colocados no ranking foram São Paulo e Rio de Janeiro, com índices de 2.119.854 e 671.362 (1.000.000,00 R\$), respectivamente.²

Estudos do Fórum Permanente de Desenvolvimento do Estado do Acre indicam que, do PIB acreano de 2017, 41% era composto pelos ramos de comércio e serviços, 10% pela agropecuária, e apenas 8% pela indústria. O rendimento médio domiciliar per capita no Estado do Acre em 2018 foi de R\$ 909,00, ao passo que a média nacional no mesmo período foi de R\$ 1.373,00. O índice de desenvolvimento humano, por sua vez, foi de 0,710 para o Estado do Acre em 2015, abaixo da média nacional (0,761).³

Considerando tal panorama, aliado ao baixo mercado interno (população do Estado em 2019 foi estimada em 881.935 habitantes, segundo o IBGE⁴), dificuldades de logística (localização geográfica distante dos grandes centros comerciais, estradas em precárias condições), conturbado processo histórico de formação do Estado do Acre (que experimentou acentuada crise após o fim do ciclo da borracha), parte-se da premissa de que o progresso do Estado do Acre não pode ser relegado unicamente à livre iniciativa e aos atores privados do mercado, fazendo-se necessária uma efetiva atuação do Estado no domínio econômico como vetor do desenvolvimento.

¹ TESOURO NACIONAL. *Balanço do setor público nacional 2016*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Boletim+BSPN+em+foco/4de73afb-ade7-4e3d-9bc3-c0a3a65f8d7e>. Acesso em: 01 agosto 2020.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto Interno Bruto – PIB*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 02 agosto 2020.

³ OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO. *Fórum permanente de desenvolvimento do Estado do Acre*. Disponível em: <http://observatoriodoacre.org.br/>. Acesso em: 02 agosto 2020.

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Panorama Acre*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>. Acesso em: 06 maio 2020.

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Rubén Miranda Gonçalves (Universidade de Santiago de Compostela – Espanha)

Isto é, a proposição aqui trazida coloca-se no sentido de que, no Acre, governo e mercado são reciprocamente dependentes, inexistindo limites nítidos a distinguirem a ação política da econômica. Assim, a hipótese da pesquisa ocorre no sentido de que a política de intervenção no domínio econômico realizada pelo Estado transcende os limites constitucionais da livre iniciativa, embora voltada para a finalidade de promoção do desenvolvimento.

Ao final, conclui-se que o processo de desenvolvimento acreano perpassou pela necessidade de intervenção direta do Estado no domínio econômico (ainda que contrariando a livre iniciativa), dadas as peculiares locais (históricas, geográficas e sociais) que dificultam o crescimento do mercado. Isto é, embora não condizentes com a livre iniciativa, as políticas intervencionistas efetuaram importante papel no progresso do Estado, proporcionando uma melhora em índices econômicos⁵ e sociais⁶. Assim, sobre o prisma da proporcionalidade, a política econômica de intervenção do Estado do Acre no domínio econômico supera o vício da livre iniciativa e mostra-se legítima para assegurar o desenvolvimento do Estado.

⁵ Dados do Fórum Permanente de Desenvolvimento do Estado do Acre indicam que, de 2010 para 2018, houve aumento no setor de serviços. Em 2010, o setor de serviços contemplava 12.693 empresas, que empregavam 101.130 trabalhadores, com remuneração média de R\$ 1.775,00. Em 2018, o número foi de 12.821 empresas, empregando 109.838 trabalhadores, com renda média de R\$ 3.086,00.

Em relação ao PIB acreano, os dados IBGE sustentam o quarto maior crescimento acumulado dentre as unidades federativas brasileiras no período entre 2002 e 2016, atingindo (76,8%, 4,2% a.a.), atrás apenas de Tocantins, Mato Grosso e Roraima. A despeito do crescimento, o PIB acreano ainda foi o segundo mais baixo dentre os estados brasileiros em 2017.

Fontes:

OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO. *Fórum Permanente de Desenvolvimento do Estado do Acre*. Disponível em: <http://observatoriodoacre.org.br/paineis/visualizar?id=7ecec57c-0ec2-4ccc-a3d2-48c5e3336ee0>. Acesso em: 02 agosto 2020.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Contas Regionais 2016*: entre as 27 unidades da federação, somente Roraima teve crescimento do PIB. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23038-contas-regionais-2016-entre-as-27-unidades-da-federacao-somente-roraima-teve-crescimento-do-pib>. Acesso em: 02 agosto 2020.

⁶ Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, o qual tomou o base o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Estado do Acre possuía, no ano de 1991, um IDH de 0,402, considerado baixo. No ano 2000, o índice foi de 0,517, tendo atingido o patamar de 0,663 em 2010. Tais números traduzem uma taxa de crescimento de 64,93% para a o Estado do Acre neste período, acima da taxa média de 47% para o restante do país.

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Acre. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/acre/. Acesso em: 02 agosto. 2020.

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Rubén Miranda Gonçalves (Universidade de Santiago de Compostela – Espanha)

No entanto, tal política intervencionista não deve ser perene, sob pena de sua prolongação acabar desvirtuando a livre iniciativa constitucional. Necessário se faz, portanto, a busca por desenvolvimento sem a presença maciça do Estado na economia, diminuindo a participação estatal na dinâmica econômica por meio da busca de independência em relação aos repasses do governo federal, incentivando a iniciativa privada para aumento da capacidade produtiva local, alavancada pela inovação tecnológica como forma de dinamizar o mercado interno e diminuir a dependência dos produtos fabricados em outros centros, e ainda pelo incentivo da sustentabilidade ambiental como vetor de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Guilherme Oliveira de; PAMPLONA, Danielle Anne. Políticas Públicas e o Modelo Econômico Liberal. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**, v. 3, n. 32, p. 293-311, dez. 2013.

OLIVEIRA, Marcella Gomes de; OPUSZKA, Paulo Ricardo. Direito e atividade econômica – uma análise interdisciplinar sobre a intervenção estatal. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**, v. 2, n. 35, p. 445-463, nov. 2014.